

Da “descabelada que só arranja problemas” à “mentecapta que ‘mormente’ arranja problemas”: encenação de reformulação não parafrástica e ficcionalização genérica

Helena Valentim (PROGRAMMA) & Matilde Gonçalves (PRETEXTO)

Abstract: This article aims at analysing the proposed text, from the newspaper supplement *Inimigo Público* [IP] (n. 372, the 19st November 2010, p.6). The IP is a “satirical newspaper, all its content is fictional” (see newspaper management). This fact has consequences at the micro and macro linguistic levels which lead us to several questions: How is the satiric effect built up at the linguistic and textual levels? To what kind of mechanisms does it resort? Which are the linguistic markers of those mechanisms and which operations are subjacent to them? Which are the implications at a genre and textual levels? How dos these implications are reflected at a micro textual genre? Which instructions in terms of textual genre converge to the utterances global signification? In order to answer to these questions, we will try to conciliate two linguistic approaches – an enunciative one (the Enunciative Formal Theory framework) and a textual one (the Text Theory and the Sociodiscursive Interactionism frameworks). Our proposal has two different but interconnected topics: the question of reformulation, whose simulation is reported in the text; the genre fictionalization.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o texto proposto para o 11ºWGT, retirado do jornal *Inimigo Público* (nº372, de 19 de Novembro de 2010, p.6).

Tal como se pode ler na ficha técnica, este jornal assume-se como sendo satírico: “O *Inimigo Público* [doravante *IP*] é um jornal satírico, todo o seu conteúdo é ficcional”. Isto ocasiona consequências a nível das escolhas dos recursos micro e macro linguísticos, que podem ser de diversas ordens e que se podem traduzir em várias perguntas: como é construída a sátira a nível linguístico e textual? A

que tipo de mecanismos enunciativos se recorre? Quais as marcas linguísticas de tais mecanismos e que operações lhes estão subjacentes? Quais as implicações a nível genérico e textual? Como se refletem a nível micro-textual? Que instruções em termos de género textual convergem para a significação global do enunciado?

Para responder a estas perguntas, procurar-se-á conciliar duas abordagens linguísticas – uma enunciativa (no quadro da Teoria Formal Enunciativa) e outra textual, situada no quadro da Teoria do texto e do Interacionismo sociodiscursivo. O interesse em conciliar estas duas abordagens advém

de três factos: (a) analisar textos empíricos requer instrumentos de análise que revelem as diversas formas linguísticas convocadas; (b) a análise de textos situados nas práticas sociais (que, portanto, relevam sempre de um género textual) incentiva o desenvolvimento de instrumentos de análise operacionais que dêem conta dos textos enquanto objetos empíricos e complexos; (c) as formas linguísticas inscrevem-se sempre num contexto de ocorrência linguístico cuja descrição convoca dimensões de análise textual (que, naturalmente, não deixam de ser linguísticas e enriquecem a análise).

A nossa proposta centra-se em dois momentos em que procuraremos tratar dois tópicos que consideramos essenciais para a análise pretendida. Num primeiro, abordar-se-á da questão da reformulação cuja encenação se relata neste texto; num segundo momento, tratar-se-á da ficcionalização genérica.

1. Relato de uma encenação de reformulação não parafrástica contradirecionada

Partamos das seguintes sequências, retiradas do texto:

(a) *Edite Estrela pede desculpas por ter dito que a Ana Gomes é uma “descabelada que só arranja*

problemas” em vez de dizer que é uma “descabelada que apenas arranja problemas” (do título)

(b) *Edite Estrela, em declarações ao IP, garantiu que queria dizer que a Ana Gomes é “uma descabelada que ‘apenas’ arranja problemas” ou “uma mentecapta que ‘somente’ arranja problemas”* (linhas 4-9)

Estamos, em ambos os casos, perante a construção de uma enunciação relatada, mais propriamente, perante um relato de uma reformulação (discurso indireto), construído como sendo da responsabilidade de outra fonte enunciativa. Em ambos os casos, explicita-se, aliás, que o conteúdo proposicional daquilo que é relatado se funda em declarações imputadas a outra fonte enunciativa. Veja-se as formas *dicendi* atribuídas à outra entidade enunciativa, *Edite Estrela*: (a) ***pede desculpas por***; (b) ***garantiu que*** - ambas construções introdutoras de um conteúdo proposicional (ou predicativo).

O tipo de reformulação aqui relatada é não parafrástica, em que, por definição, se institui uma hierarquização entre dois termos predicativos: o termo formulativo e o termo reformulativo. Deste modo, o ponto de vista introduzido pelo termo reformulativo

constitui uma mudança de perspectiva enunciativa relativamente ao ponto de vista introduzido pelo termo formulativo (cf. Rossari, 1994). Há um movimento corretivo que desencadeia uma mudança de perspectiva do enunciador e a adoção de uma nova perspectiva (cf. Roulet, 1987). Estamos, pois, perante uma reformulação não parafrástica relatada, ou o relato de reformulação não parafrástica, sendo esse o ponto de partida da análise que aqui propomos.

O facto de estarmos perante um texto que releva do género textual *fait divers* e no qual se dá uma ficcionalização genérica (conforme veremos adiante) fornece-nos uma instrução a respeito deste “relato de reformulação”: isto é, trata-se de uma encenação. O relato - a construção da responsabilidade de uma outra fonte enunciativa – recai, neste texto, sobre uma encenação de uma reformulação. Mais em particular, e tendo em conta a caracterização já exposta, a reformulação aqui encenada é de tipo não parafrástica. Veja-se em (b'') uma reconstrução (nossa) do que seria a enunciação relatada de uma reformulação parafrástica a partir do ‘material disponibilizado’ em (b):

(b'') *Edite Estrela disse que “a Ana Gomes é uma descabelada que só*

arranja problemas”, isto é / ou seja, “uma descabelada que ‘apenas’ arranja problemas” (ou “uma mentecapta que ‘somente’ arranja problemas”.

Fazendo corresponder variáveis às sequências que, em (a) e (b), são construídas como sendo da responsabilidade de outra fonte enunciativa – ié, aos conteúdos proposicionais introduzidos pelas formas *dicendi* -, identificamos o termo formulativo (X) e três termos reformulativos (Y, Z e Q):

a Ana Gomes é “uma descabelada que só arranja problemas” – X (termo formulativo)

[a Ana Gomes] é “uma descabelada que ‘apenas’ arranja problemas” – Y (termo reformulativo)

[a Ana Gomes é] “uma descerebrada que ‘somente’ arranja problemas” – Z (termo reformulativo)

[a Ana Gomes é] “uma mentecapta que ‘mormente’ arranja problemas” – Q (termo reformulativo)

Fazendo coincidir cada uma destas variáveis aos diferentes termos, podemos converter as sequências (a) e (b) em sequências mais esquemáticas, pondo, deste modo, em destaque a relação entre os dois termos

(formativo e reformulativo) de que resulta uma reformulação não parafrástica: temos uma relação não parafrástica, em (a), entre X e Y; em (b), entre X e Y, Z ou Q.

(a') *Edite Estrela pede desculpas por ter dito que X em vez de dizer que Y*

(b') *Edite estrela, em declarações ao IP, garantiu que queria dizer que Y, Z ou Q*

O caráter não parafrástico da reformulação é marcado pelas formas linguísticas em coocorrência. A construção que introduz o termo formativo, *pede desculpas por ter dito que X*, assim como ambas as construções introdutoras dos termos reformulativos, *em vez de dizer Y* e *queria dizer que Y, Z ou Q*, assinalam uma orientação em termos argumentativos que se traduz numa reformulação necessariamente não parafrástica. Em particular, a construção *pede desculpas*, que introduz o termo formativo, induz uma reformulação não parafrástica que vai no sentido de uma atenuação semântico-pragmática relativamente ao termo formativo.

Porém, as representações nocionais predicativas associadas aos termos reformulativos Z (*descerebrada*), e Q (*mentecapta*), quando comparadas com a representação nocional predicativa do

termo formativo X (*descabelada*), são tidas como quase sinónimas de X. Marcam, quando muito, uma gradação em termos de variação diafásica relativamente a X. Tal gradação (em que pragmaticamente se poderá reconhecer haver um “agravamento” do caráter ofensivo associado aos termos reformulativos) é contrária às expectativas de atenuação suscitadas pela construção *pede desculpas*. Já as formas adverbiais presentes nos termos reformulativos Y (*apenas*), Z (*somente*) e Q (*mormente*), quando comparadas com a do termo formativo X (*só*), são duma sinonímia praticamente total, senão total mesmo, em relação a X. Atestam, quando muito, as *celebradas capacidades linguísticas* (linhas 11-12) da fonte enunciativa a quem são atribuídas tais palavras.

Nesta medida, compreende-se que a sequência (b'') - atrás sugerida para ilustrar aquilo que seria a enunciação relatada de uma reformulação parafrástica a partir do ‘material disponibilizado’ em (b) - não cause qualquer estranheza sob os pontos de vista semântico e pragmático. É que, de facto, as formas linguísticas dos termos reformulativos parecem atualizar o que seria um “expressar-se novamente ou sob forma diversa, [um] voltar-se a expr”, isto é, uma clarificação,

expansão analítica ou redução, características da reformulação parafrástica (Roulet 1987).

Assim, perante o efeito humorístico que sabemos visar-se com este texto (ver adiante), só podemos concluir que aquilo que neste texto se relata é a encenação de uma reformulação não parafrástica contradirecionada.

Existe como que um “jogo” de expectativas: *pedir desculpa por [...] e querer dizer Y, Z ou Q [quando se disse X]* é, ou espera-se que seja, pretender *não ter dito X* e pretender *ter dito Y, Z ou Q* (de acordo, portanto, com o que se *queria dizer*). No entanto, esta expectativa não é correspondida. Esta expectativa, motivada pela representação nocional das formas dos termos reformulativos, é frustrada, em virtude da natureza nocional associada aos termos reformulativos Y, Z ou Q, que, contrariamente ao esperado em função do semantismo de “pedir desculpas por” e “querer [ter dito]”, introduzem uma reformulação não atenuante das propriedades semânticas de X.

Um passo adiante no texto, a sequência *pedindo desculpa por se ter esquecido de usar as suas celebradas capacidades linguísticas* (linhas 10-12) desloca o objecto da reformulação: afinal (isto é, mais uma vez

contrariamente às expectativas), o que está em questão são as formas linguísticas, ou seja, *só* em vez de *apenas*, *somente* e *mormente*; *descabelada* em vez de *descerebrada* ou *mentecapta*. Esta observação pode ainda ser confirmada pelo uso gráfico das aspas simples em *apenas*, *somente* e *mormente*, pondo em destaque as formas linguísticas.

A contradirecionalidade da reformulação não parafrástica salda-se, afinal, num trabalho de glosa incidente sobre as *capacidades linguísticas* da fonte enunciativa a que se imputa a responsabilidade pela construção da reformulação não parafrástica em causa.

1.1 O estatuto da reformulação na actividade de enunciar: relação entre “o dizer” e “o querer dizer”

O mecanismo de reformulação é descrito, na generalidade da literatura, como discursivo. Porém, víamos atrás que a relação em causa entre dois termos, um formulativo e outro reformulativo, impõe restrições semânticas às formas linguísticas dos mesmos, restrições essas diferentes conforme se esteja perante uma reformulação parafrástica ou não parafrástica.

Deste modo, a operação de reformulação é suscetível, ainda, de ser

explicada sob um ponto de vista do funcionamento da linguagem conforme o modelo proposto no quadro da Teoria Formal Enunciativa. De forma particular, presta-se a uma reflexão com base na definição que em Culioli se dá (reiteradamente e de várias formas) da actividade de “enunciar”. Antes de mais, “enunciar” é, segundo este autor, um processo que se reconstrói a partir do enunciado enquanto encadeamento de formas; ié, “enunciar” é o produto de determinações de diferentes ordens que intervêm na construção do enunciado.

Partamos da definição de asserção proposta por Culioli (2001: 280), assim sintetizável: “je tiens à dire (= rendre public) que je pense / crois / sais que p est le cas”. Em Paillard (2010), “desmonta-se” esta formulação, explicitando os dois âmbitos que aqui se articulam. Refere-se que esta definição se centra, por um lado, no sujeito, por outro, no estatuto do dizer. Tem-se, respetivamente:

1. uma definição centrada no sujeito: o sujeito empenha-se / implica-se, constrói o espaço intersubjectivo (*rend public*), define a sua relação com o dizer (de uma subjectividade pura - *je pense* – a uma verdade estabelecida – *je sais*)

2. uma definição do estatuto do dizer: p est le cas é o produto de um cálculo que passa pela selecção e uma

sequência p em relação a um estado de coisas a dizer (*ce qui est le cas*).

Assim, à partida, não há uma relação necessária entre p e o *à dire*: p é seleccionado entre outras sequências possíveis suscetíveis de exprimir o estado de coisas (ie, (p,p')). É porque o enunciado é um entre outros que este modelo permite dar conta da reformulação parafrástica ou não parafrástica como explicitação desta alteridade em que os próprios enunciados se inscrevem, isto é, como recurso a outro enunciado que não p (distinto de p). É nesta medida também que à selecção de p está associada uma posição subjectiva (S_0), neste caso, cuja retoma é encenada.

Por conseguinte, não se deve resumir o conteúdo ao que é efetivamente dito: de facto, nada garante que “o que é dito” corresponde ao que seja o “querer dizer”, só assim se explicando a operação subjacente às sequências *pede desculpas por ter dito que X, em vez e dizer que Y e queria dizer que Y, Z ou Q*. Enunciar (“dizer”) é a associação entre um “querer dizer” e um enunciado, sendo que este “dizer” não passa de “um dizer entre outros”, pois outras formas linguísticas seriam possíveis. Isso mesmo é atestado, no texto em apreço, pela relação entre as

formas linguísticas do termo formulativo X (*descabelada* e *só*) e as formas dos termos reformulativos Y, Z e Q (*apenas*, *descerebrada* e *somente*, *mentecapta* e *mormente*). Nada garante, portanto, que as formas empregues sejam as adequadas ao “querer dizer”, que sejam pertinentes. Da mesma forma, nada garante que o coenunciador, no seu trabalho de interpretação, interprete este “querer dizer” como o enunciador.

Estando em causa, neste texto, a encenação de uma retoma de reformulação (o facto de ser não parafrástica contradirecionada é irrelevante neste caso), as sequências (a') e (b'), aqui retomadas, evidenciam esta “mecânica” subjacente ao que seja enunciar:

(a') *Edite Estrela pede desculpas por ter dito que X em vez de dizer que Y*

(b') *Edite estrela, em declarações ao IP, garantiu que queria dizer que Y, Z ou Q*

Em (a') como em (b') está ilustrado aquilo que é a relação de alteridade de qualquer “dizer” (o “dito”) com outros “dizer”, e que viabiliza a reformulação como operação de ajustamento intersubjetivo.

Uma vez que o “motor” da reformulação é a dimensão plural do “dizer”, dir-se-á que a reformulação releva da dimensão da pertinência¹. A questão da pertinência, na sua relação com a reformulação, atualiza precisamente esta propriedade que o “dizer” tem de não poder ser dito em definitivo, de ser sempre um falhanço na tentativa de dizer o mundo, ilustrando, no limite, o facto de a linguagem não decalcar o mundo na representação que dele construa. Neste sentido, pertinência interpreta-se, portanto, como o facto de X, Y, Z ou Q, enquanto construções subjetivas, estarem sempre numa relação fraca (não necessária, portanto) com o estado de coisas.

Assim, e em jeito de conclusão desta breve reflexão, a operação de reformulação não só é suscetível de ser explicada sob um ponto de vista do funcionamento da linguagem, como também ilustra, enquanto mecanismo de ajustamento intersubjetivo, vários princípios subjacentes à atividade linguística.

2. Ficcionalização genérica

¹ É em Paillard (2010) que, a propósito de certos marcadores discursivos, se refere a “semântica da pertinência”.

Esta parte, como indica o título, diz respeito à ficcionalização genérica e divide-se em três pontos: 1) o género *fait divers*, 2) produção textual e adoção/adaptação genérica, 3) atualização e ficcionalização: um caso em análise.

2.1. O género *fait divers*

Neste trabalho, assumimos que todo o texto releva de um género (Rastier, 2001). Assim sendo, partimos do princípio de que o texto que nos propomos analisar pertence ao género *fait divers*. Sem querer entrar de forma pormenorizada nas características do género em questão, serão aqui elencados alguns traços que permitirão enquadrar a nossa proposta.

O género *fait divers* insere-se na atividade jornalística e tem como característica fundamental o facto de relatar acontecimentos do quotidiano, notícias dispersas e insólitas, tais como acidentes, roubos, catástrofes, mortes, ou seja “histórias sem importância” (Dubied, 2004). Além disso, o *fait divers* é muitas vezes considerado no seio da atividade jornalística como um “género menor e pejorativo” (Dion 2007) visto tratar de acontecimentos tidos como banais que supostamente merecem menos destaque em relação à informação tida como mais relevante.

Segundo Roland Barthes (1964), o traço principal do *fait divers* é o de ser “uma informação total, imanente”, ou seja, completa em si e que não remete para nenhuma informação contextual exterior.

le fait divers [...] est une information totale, ou plus exactement, *immanente*; il contient en soi tout son savoir: point besoin de connaître rien du monde pour consommer un fait divers; il ne renvoie formellement à rien d'autre qu'à lui-même [...] Au niveau de la lecture, tout est donné dans un fait divers; ses circonstances, ses causes, son passé, son issue; sans durée et sans contexte, il constitue un être immédiat, total, qui ne renvoie, du moins formellement, à rien d'implicite. (Barthes, 1964 :189).

Ao contrário de outros géneros textuais da atividade jornalística, o *fait divers* é suficiente em si mesmo, ou seja, para se perceber o conteúdo temático semiotizado não são precisos elementos contextuais. Assim, o traço imanência diferencia o *fait divers* de outros textos jornalísticos que só são inteligíveis dentro do contexto sociohistórico no qual foram produzidos. A questão da imanência será focada posteriormente na análise textual.

2.2. Produção textual e adoção/adaptação genérica

O texto empírico é sempre produto da interação humana em situação de comunicação na qual estão em jogo, para além dos aspetos linguísticos, também factores sociais, culturais e históricos. Para produzir um texto, o agente produtor inspira-se necessariamente num género que funciona como modelo textual. O género textual relaciona-se com a diversidade das práticas sociais, cujas características sociocomunicativas são variáveis de acordo com as necessidades comunicativas humanas. Assim, as atividades comunicativas influenciam a escolha do género. O texto é a materialização empírica do género, ou seja, é no texto que se encontram os elementos que revelam o género convocado. Logo, para estudar um género, deve-se forçosamente analisar o(s) texto(s) que pertencem ao género em questão.

Nas práticas comunicativas, o agente produtor baseia-se nos conhecimentos que tem dos diversos géneros textuais - conhecimentos esses que derivam das várias situações sociais em que esse produtor atua – para escolher ou “adotar” um determinado género entre os diversos modelos disponíveis no

arquitexto e para o “adaptar” à situação e à necessidade comunicativa, tal como aponta Bronckart:

Embora o processo de empréstimo inspire-se, necessariamente, em modelo existente, quase nunca acaba em uma cópia integral ou em uma reprodução exata de um exemplar desse modelo. Os valores do contexto sociosubjetivo e do conteúdo temático de uma ação de linguagem sendo, pelo menos em parte, sempre novos, o agente que adota um modelo de gênero também deve, necessariamente, adaptá-lo a esses valores particulares. (Bronckart, 1999: 102)

2.3. Actualização e ficcionalização genérica: um caso em análise

No processo de adoção/adaptação do género, distinguem-se dois fenómenos: a atualização e a ficcionalização. O primeiro, a actualização, surge durante a construção textual e corresponde à escolha de um género textual para uma determinada situação de comunicação e à adaptação deste ao conteúdo temático convocado no texto e ao contexto de produção. É o fenómeno ao qual se recorre mais frequentemente.

O segundo processo, a ficcionalização, que só ocorre ocasionalmente e em determinadas atividades de linguagem, deriva de

necessidades comunicativas específicas do produtor. Este fenómeno corresponde a uma “colagem” de um género, sendo que, nessa produção textual, algumas características do género escolhido são desvirtuadas.

Concebe-se o processo de ficcionalização (cf. Miranda 2010: 362), dentro de uma determinada atividade de linguagem, como uma adoção não-linear do género pelo produtor. Reconhece-se este fenómeno a partir de duas características: 1) estabelecimento de parâmetros situacionais ficcionais no interior do próprio texto e/ou 2) subversão de alguns parâmetros genéricos. Contudo, convém sublinhar a necessidade de o género ficcionalizado perpetuar alguns parâmetros do género inicial de forma que o destinatário/recetor reconheça o género em questão.

Para observar o fenómeno de ficcionalização, a nossa análise trata de três tópicos: contexto sociosubjetivo, parâmetro genérico imanência e conteúdo temático. A escolha destas questões para a análise justifica-se por várias razões: 1) o *IP* é um jornal satírico, como já foi referido, 2) a posição social do produtor textual, 3) o “lema” do *IP* “*Se não aconteceu ... poderia ter acontecido*” (cf. ficha técnica). A nosso ver, são

principalmente os tópicos atrás referidos que causam e justificam o fenómeno de ficcionalização genérica.

No quadro do Interacionismo sociodiscursivo, o contexto sociosubjetivo, constituído por diversos factores (imagem que o agente faz de si ao agir, imagem do recetor, etc.), faz parte das condições de produção textual e é exterior ao texto.

A tabela que se segue apresenta os diversos parâmetros suscetíveis de influenciarem o modo como se organiza o texto:

Parâmetros do contexto sócio-subjetivo	Texto
Papel social do produtor	Humorista
Papel social do recetor	Posições sociais mais específicas
Lugar social	Redacção do jornal
Finalidade/objectivo	O divertimento do público em geral

1. Tabela dos parâmetros do contexto sócio-subjetivo

A partir da observação dos parâmetros do contexto sociohistórico, percebe-se que há subversão de certos parâmetros, nomeadamente do papel social do produtor e do objetivo do texto. De facto, o produtor deveria supostamente ser um articulista/jornalista e não um humorista

(*IP*, jornal satírico). Além disso, a finalidade deste texto é divertir e não informar o público em geral, como se esperaria de um jornal. Assim, a subversão decorre do facto de não haver coincidência entre o que se espera (ou seja, os pré-construídos e os conhecimentos que o leitor tem de um jornal e do *fait divers*) e o que realmente ocorre neste texto.

Tal como refere Roland Barthes, a imanência ou a auto-suficiência é uma dos traços característicos do *fait divers*. Traço que não encontramos neste texto, visto ser necessário recorrer a elementos contextuais para perceber o conteúdo temático. O texto não contém nem as circunstâncias, nem as causas, nem o passado que permitem uma leitura e uma compreensão imediata. Para o compreender é preciso ter conhecimentos histórico-sociais, nomeadamente, conhecimentos relativamente a quem são a Edite Estrela e a Ana Gomes e o que é o processo “Face Oculta”. É nesse sentido que se pode falar em ficcionalização de um parâmetro do género *fait divers*², ou seja, o traço imanência foi subvertido,

² Tal como mencionámos, não pretendemos efectuar um estudo exaustivo do género *fait divers*. A questão da imanência é tratada por Roland Barthes (1964) e foi nele que nos baseámos para o presente estudo.

manipulado de acordo com as necessidades comunicativas do produtor textual.

O terceiro ponto que nos interessa é o conteúdo temático. Este corresponde ao tema semiotizado no texto. Como é sabido, o *IP* parte de acontecimentos reais para os satirizar. O tema relatado neste texto – a Edite Estrela disse que a Ana Gomes é uma descabelada – realmente aconteceu (ver *Correio da Manhã*, 13 de Novembro de 2010 e *DN*, 14 de Novembro de 2010). Contudo, o facto de a Edite Estrela ter supostamente pedido desculpas corresponde a uma encenação dos acontecimentos por parte do produtor textual, que serve de fundamento para a sátira: *Edite Estrela pede desculpas por ter dito que a Ana Gomes é uma ‘descabelada que só arranja problemas’ em vez de dizer que é ‘uma descabelada que apenas arranja problemas*.

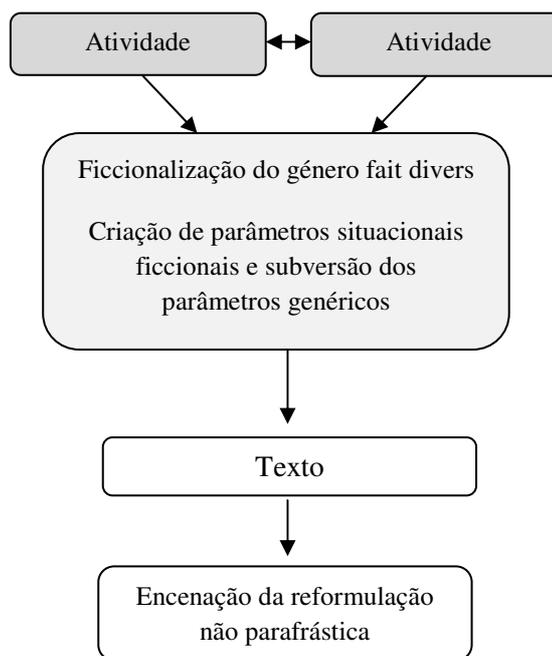
Além disso, a expressão *em declarações ao IP – Edite Estrela, em declarações ao IP garantiu que queria dizer que a Ana Gomes é “uma descabelada que ‘apenas’ arranja problemas* – inviabiliza ainda mais a verosimilhança do conteúdo. Sendo o conteúdo deste jornal fictício, percebe-se que as “declarações” nunca

ocorreram. Estamos, por um lado, perante a subversão do conteúdo temático, e por outro, perante a criação ficcional dos parâmetros do contexto de produção. Com efeito, o texto menciona não o que a Edite Estrela disse, mas sim o que o humorista criou a partir dos acontecimentos reais.

O fenómeno atrás descrito corrobora a reflexão atrás proposta sobre a encenação da reformulação não parafrástica. De facto, a encenação da reformulação decorre da construção de outra fonte enunciativa, mas, por via do tipo de apropriação que a ficcionalização genérica possibilita, quem detém a responsabilidade pela reformulação é o produtor textual e não a voz da personagem Edite Estrela. E, tal como vimos na observação dos parâmetros do contexto sócio-subjetivo, o papel social do produtor textual – VE, Vítor Elias – é o de humorista e não o de jornalista. Esta encenação encontra uma explicação pelo facto de este texto, além de pertencer à atividade jornalística – na qual se espera que haja relato objetivo dos acontecimentos –, pertencer também à atividade humorística. Trata-se de um texto que tem como finalidade o divertimento do público e a sátira da sociedade, o que possibilita a encenação e sobretudo a subversão, não só do conteúdo temático

mas também da responsabilidade enunciativa.

Continuando a reflexão em torno dos fenómenos observados no texto em análise – encenação da reformulação não parafrástica contradirecionada e ficcionalização do género – poder-se-á questionar o que é que explica a existência de tais fenómenos neste texto? A resposta foi sendo elucidada ao longo deste trabalho e pode ser sintetizada com recurso ao seguinte esquema:



2. Esquema descendente das atividades aos recursos linguísticos

Em vários momentos da nossa proposta, falou-se da atividade humorística, do facto de esta permitir e gerar não somente a encenação da reformulação e a contradirecionalidade

da reformulação não parafrástica mas também a criação de parâmetros situacionais e a subversão de parâmetros genéricos. Isto evidencia a influência da atividade social, na qual se situa o produtor ao produzir e organizar seu texto. É precisamente a atividade – e, no caso que nos interessa, a atividade humorística em conjunção com a atividade jornalística – que incide na escolha do gênero textual, que, por sua vez, influencia a produção e organização textual assim como os recursos linguísticos.

Conclusão

A nossa análise permitiu destacar a subversão como um procedimento relevante na construção do efeito humorístico. Conforme identificámos no texto em análise, a subversão manifesta-se a vários níveis e constrói-se a partir de vários mecanismos. Antes de mais, a contradirecionalidade da reformulação não parafrástica que neste texto é encenada deriva de um mecanismo de subversão. Há também a este nível um jogo de expectativas no que à reformulação não parafrástica diz respeito: o valor não parafrástico associado à construção “pede desculpas por” não é correspondido ao nível da representação nocional das formas que integram os termos reformulativos.

Além disso, partindo das necessidades comunicativas do produtor do texto – isto é, da necessidade de, através do humor, se satirizar um acontecimento sociopolítico – a subversão funda-se num jogo de expectativas, nomeadamente na não coincidência entre os pré-construídos e os conhecimentos que o leitor tem de uma notícia e aquilo que realmente se relata no texto. Além disso, a escolha do gênero *fait divers*, que supostamente relata eventos menores, sem importância, tende a desacreditar ainda mais o acontecimento relatado. Como se viu, a subversão regista-se tanto ao nível do conteúdo temático – Edite Estrela nunca chegou a pedir desculpas – como da criação ficcional dos parâmetros sociosubjectivos do contexto de produção – o produtor do texto é um humorista e não um articulista/jornalista e a finalidade do texto é de divertir.

Entendemos, pois, que é deste conjunto de elementos – que vão do relato de uma encenação de reformulação não parafrástica à ficcionalização genérica – que resulta o efeito humorístico deste texto.

Bibliografia

- Barthes, Roland. 1964. «Structure du fait divers». In *Essais critiques*, Paris : Seuil, pp. 188-197.
- Bronckart, Jean-Paul. 1999. *Atividades de Linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.
- Culioli, A. 2001. Heureusement. In M. H. M. Mateus & C. N. Correia (orgs.) *Saberes no tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 279-284.
- Dion, Sylvie. 1992. Autopsie d'un fait divers. *Tangence*, nº37, disponível em <http://www.erudit.org/revue/tce/1992/v/n37/> consultado a 18 de Abril de 2011.
- Dion, Sylvie. 2007. *O fait divers como género narrativo*. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r34/revista34_8.pdf consultado a 18 de abril de 2011.
- Dubied, Annick. 2004. *Les dits et les scènes du fait divers*, Librairie Droz, Paris – Genève.
- Fuchs, Catherine. 1994. *Paraphrase et énonciation*. Paris / Gap: Ophrys.
- Gonçalves, Matilde & Leal, Audria. 2007. Géneros ficcionalizados e identidade de género. In *Proceedings of the 4th SIGET – International Symposium on Genre Studies*. Publicação em CD-Rom.
- Miranda, Florencia. 2010. *Textos e Géneros em Diálogo. Uma Abordagem Linguística da Intertextualização*. Lisboa: FCT-FCT.
- Paillard, Denis. 2010. Marqueurs discursifs et scène énonciative. In S. Hancil (éd.) *Connecteurs discursifs*. Presses Universitaires de Rouen, pp. 13 - 39.
- Rastier, François. 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris: PUF.
- Rossari, Corrine. 1994. *Les opérations de reformulation*. Bern: Peter Lang.
- Roulet, Eddy. 1987. Complétude interactive et connecteurs réformatifs. *Cahiers de linguistique française*, 8, pp. 111-140.
- Zorraquino, Maria Antonia & J. Portolés Lázaro [1999] 2000. Los Marcadores del discurso. In I. Bosque & V. Demonte (dir.) *Gramática descriptiva de la lengua española*, Vol. III, Madrid, Espasa Calpe.